

1

Trata-se de um conceito frequentemente utilizado o que se traduz em qualificar o sistema educativo português, anterior às reformas da década de setenta, como um sistema napoleónico.

De facto era o modelo que se traduzia em autonomizar o saber ler, escrever e contar a cargo da escola primária, em autonomizar a capacidade de execução e coordenação de pequenas unidades a cargo das escolas profissionais, e em autonomizar a capacidade de ascender à alta direcção da sociedade civil e do Estado a cargo do liceu articulado com a Universidade.

O conceito militar napoleónico exigia que os soldados pudessem contar as armas e munições, que os sargentos pudessem coordenar as unidades de base, que uma elite assumisse a arte da estratégia e da governação. Na industrialização que acompanhou a mudança fez-se exigência equivalente para os operários, para os contramestres, para os nobilitados pelas licenciaturas que asseguravam uma posição duradoira nas hierarquias sociais.

A comunicação entre os subsistemas era submetida a filtros de débito limitado, contribuindo assim para a manutenção de uma sociedade conservadora, que se racionalizava num sentido mais liberal do que democrático, e que articulava, de acordo com o modelo, todas as suas actividades e funções.

A colheita dos talentos que ascendiam ao ensino universitário era portanto condicionada pelo conservadorismo da sociedade civil e pela distribuição de recursos, mas o saber era uma via segura de promoção social, e esta ficava aberta a todos os que ultrapassassem as barreiras estruturais. Não faltam exemplos numerosos desses trajectos recompensados pela ascensão às cátedras e à governação da sociedade civil e do Estado.

A sociedade conservadora e agrária do começo do século, que aliás manteve os seus padrões até ao abalo da segunda guerra mundial, usava uma série de instituições articuladas no sentido da integração dos jovens entre os quais seria recrutado o limitado contingente que chegaria à Universidade.

Em primeiro lugar a família, hierarquizada, de regra sacramentada, com nítida distribuição dos papéis de cada um dos seus membros; depois a Igreja, quase exclusivamente a Católica, com uma autoridade acatada pelas vastas interioridades do país; seguia-se a escola primária, sobretudo a gloriosa escola primária republicana, que institucionalizou a figura do professor das primeiras letras, mas que não venceu a batalha da alfabetização; finalmente as Forças Armadas, apoiadas no serviço militar obrigatório, exigentes de uma vasta mão de obra característica dos exércitos agrários que duraram até à guerra de 1939-1945, que correspondiam ao modelo do "espelho da Nação", e que procediam a um complemento global de integração cívica, profissional, educativa.

Finalmente, a Universidade recebia dos liceus os formandos que tinham passado atempadamente por esta longa submissão aos padrões e autoridades articuladas em função de um modelo social observante de longa duração. A sociedade estática não alterava as exigências durante os longos anos de integração dos jovens universitários, pelos quais esperava uma função dignificante.

As várias revoluções deste século, de trajecto pontuado pela subida aos extremos de duas guerras mundiais, desfuncionaram os sistemas, parecendo submetidas a uma regra: as alterações das estruturas deram-se em tempo social acelerado, e a capacidade de alterar os conceitos para a racionalização da mudança desenvolveu-se em tempo social demorado. Fazemos sobreviver os conceitos, e as escalas de valores, para além das épocas mortas a que deram carácter, enquanto os factos desatinam em função de tais conceitos.

O desencontro desses movimentos, no tempo tribulo a que toda a mudança social está subordinada, leva-nos a abandonar o século xx numa situação de perplexidade, de incerteza, de desafio à criatividade, que é bem o contrário da antiga pregada vida habitual.

Neste desencontro dos tempos, os vários instrumentos de integração da passada sociedade agrária e tradicional, desactualizaram-se e perderam as antigas funções ou a capacidade de as desempenhar.

A família sofreu mudanças estruturais definitivas, e deixou de exercer a função integradora tradicional, alienada nos mecanismos que a ultrapassaram, designadamente o mercado de muitos faces que envolveu a imaginação, a sensibilidade, a informação de toda a infância e juventude, desacreditando a autoridade tradicional, provocando a erosão da liberdade de formar os filhos.

A Igreja perdeu muita da sua antiga influência e, a partir do Concílio Vaticano II, procura reinventar métodos, renovar atitudes, para o diálogo com uma sociedade civil que se transnacionaliza de acordo com o modelo também trans-

nacional do Povo de Deus, mas que enfrenta uma conjuntura em que todas as áreas culturais falam com voz própria e disputam os respectivos campos de acção, em competição por vezes fundamentalista.

As forças armadas transitaram do modelo agrário para o modelo de forças de laboratório, dispensam o vasto contingente, desaparece o serviço militar obrigatório, o dever militar contratualiza-se, a função de "espelho da Nação" dilui-se.

Em Portugal, a demorada guerra colonial, que durante catorze anos sustentou a mais longa linha de batalha do mundo de Lisboa a Timor, foi um factor influente do revisionismo geral que se processou no Ocidente, e que pela Península em todo o caso teve a velocidade moderada pelos regimes políticos.

No inventário dos instrumentos de integração social, o aparelho do ensino encontrou-se solitário, recebendo isolado o peso de todas as exigências então distribuídas, e pela década de setenta, quando os sinais dos tempos eram inequívocos a anunciar o fim do conceito estratégico nacional secular da sociedade civil habitual, e do regime político que a enquadrara por meio século, a intervenção de Veiga Simão foi um verdadeiro toque de clarim que chamava à mobilização de todas as capacidades para enfrentar e romper a conjuntura de reduto em que se encontrava.

2

Processou-se, nessa década, uma experiência frustrada de organizar o equívoco modelo de Estado de Segurança Nacional, do qual o Brasil da Revolução de 64 parecia o exemplo mais visível.

Trata-se de um modelo que se caracteriza pela intervenção de uma autoridade governativa forte, sem origem democrática, mas que promete a legitimação pelo exercício a favor de uma futura próxima restituição do poder de decidir ao eleitorado.

Foi nesse clima que a reforma do ensino, a qual seria herdada em processo de desenvolvimento pela Revolução de 1974, apareceu enfrentando outras solidões do sistema educativo superior, para além da sobrevivência em face da disfunção dos restantes instrumentos sociais de integração.

Em primeiro lugar a grave limitação de internacionalização, que teve uma clara expressão no facto de o sistema universitário português não reconhecer títulos universitários estrangeiros. Durante longos anos de presença na Junta Nacional de Educação, e não obstante o altíssimo nível profissional do mais duradouro presidente da secção do ensino universitário, que foi o Dr. João de Almeida, nunca se testemunhou senão a recusa, por vezes no caso da simples equivalência para continuação de estudos.

O facto de as excelentes teses portuguesas se apoiarem numa bibliografia maciçamente composta por teses universitárias estrangeiras, não impedia que a insularidade progressiva do Estado na cena internacional tivesse reprodução pesada na insularidade do sistema de ensino português.

O próprio Doutor Veiga Simão teve de repetir em Coimbra o doutoramento que obtivera em Cambridge, na Inglaterra, numa área em que o saber nacional não podia certamente reclamar-se de excelência. Os estrangeirados não eram reconhecidos como um benefício, e foi penosamente que alguns esforços contribuíram para mudar a situação.

Na área das ciências sociais é que as dificuldades sempre foram maiores, porque o Estado, atingido pelo que então chamei de Complexo de Savonarola, não apreciava ser submetido à análise e mantinha a advertência dos Medicis para que os doutos não falassem de futuríveis.

Em todo o caso não faz justiça a conclusão de um dos nossos respeitados historiadores da nova esquerda, segundo o qual as ciências sociais chegaram a Portugal apenas depois de 1974. Precisa de ser ajudado a completar a investigação. De qualquer modo, a resistência aos títulos obtidos no estrangeiro ainda nesta década teve uma notória manifestação nas relações da área do direito com a Universidade de Harvard, incidente revelador da importância que a insularidade teve no sistema português. Tal insularidade também era um traço da relação interna entre as várias, embora poucas, universidades portuguesas, e da relação de cada uma delas com a sociedade civil.

Do primeiro caso ficou como referência a famosa questão da Missa por alma do Infante D. Henrique, que documentou a profundidade dos saberes com que Lisboa e Coimbra, lideradas por Marcello Caetano e Braga da Cruz, conseguiram demonstrar que não tínhamos nenhuma Universidade cujas raízes viessem da Primeira Dinastia. À alma do Infante valeu a Sociedade de Geografia de Lisboa que, por iniciativa do Almirante Sarmiento Rodrigues, ia cumprindo sem legitimidade a disposição testamentária do Príncipe de Aviz.

No que toca à relação com a sociedade, considerando o padrão internacional a que hoje obedece essa vertente dos objectivos universitários, tinham muito escassa presença as iniciativas que possam filiar-se no conceito, e nenhuma a política de interligação dos órgãos de gestão universitária com as instituições da sociedade civil.

Finalmente, a legitimação das universidades, e a correcção eventual da sua actividade, dependia exclusivamente do poder do Estado, que nomeava as autoridades académicas, mais representantes da soberania dentro das instituições do que voz das instituições perante o Estado e a sociedade.

Quando hoje o intenso processo de avaliação em curso remete para o primeiro plano a legitimidade de exercício das universidades, sem a qual não é suficiente a legitimidade de origem do poder institucional, tem de reconhecer-se que a velocidade da mudança se deu em tempo social acelerado.

Foi todavia longa a teoria de grandes professores que se foi enriquecendo nesses anos, resistindo ou convivendo com as limitações estruturais. Nas áreas que prepararam para as profissões liberais e constituíram o núcleo clássico da investigação e do ensino, no direito, na medicina, nas letras, a produção herdada enriquece e dignifica o património nacional; no domínio das ciências sociais, que se defrontaram sempre e em toda a parte com a rigidez dos sistemas políticos, iniciativas como a que, apoiada na CCTA — Comissão de Cooperação Técnica em África, organismo que reuniu cientificamente todas as soberanias coloniais, desenvolveu a investigação nos territórios ultramarinos e deu origem ao actual ISCSP — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, estando designadamente na base da autonomização da ciência política, das relações internacionais, da antropologia cultural, da missionologia, deve ser mencionada; a intervenção das escolas novas, sobretudo da Universidade Técnica, na engenharia, na economia, no avanço internacionalizado da agricultura e da medicina tropicais, deve ser menos esquecida; a iniciativa de Sedas Nunes na sociologia frutificou em instituições valiosas; assim como o Instituto de Évora, devido à iniciativa benemérita do Conde de Vilalba deve ser mencionado como exemplo de intervenção da sociedade civil.

São apenas exemplos, mas com o significado de atestarem a força institucional da ideia universitária para além dos condicionalismos externos, e das atitudes defensivas interiores, o que não impediu que se tornasse corrente citar o Relatório da OCDE de 1964 sobre a situação portuguesa, o qual informava que “de cada 100 alunos que frequentam a 4.^a classe da instrução primária, 70 passam o seu exame, só 18 entram no ensino secundário, cinco terminam o ano académico, e apenas dois obtêm um grau académico”.

Como tive ocasião de escrever, a tranquilidade da vida universitária não era ameaçada pela explosão escolar, a aristocratização social das estruturas era evidente, a distância entre professores e alunos era estrutural, o conservadorismo das percepções era dominante, a inovação condicionada.

O espírito defensivo das instituições vinha de longe, e o Prof. Oliveira Salazar escrevera nas Novidades, em artigo de 15 de Janeiro de 1924, o seguinte: “se em vez do interesse do ensino, em harmonia com as necessidades nacionais, são as conveniências das localidades que hão de dominar, e se em vez de se reduzirem as Universidades a uma só, se aumentam para quatro ou para cinco, então peço o favor de me desculparem, mas desejo também uma para a minha terra”.

O exagero republicano limitara-se a criar as universidades de Lisboa e do Porto, com projectos genericamente repetitivos, e não suficiente para acolher com igual dignidade o ensino da Agricultura, da Engenharia, da Economia, da Veterinária, cujas Escolas viriam a constituir a Universidade Técnica de Lisboa, criada

pelo Prof. Cordeiro Ramos em 1930, e com a novidade de objectivos proclamada na divisa que lhe foi conferida: "para que cresçam as rendas e abastanças". Mais tarde recolheria o actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1961), a Faculdade de Motricidade Humana (1975) e a Faculdade de Arquitectura (1979).

O corpo universitário teve larga representação nos órgãos de governo nesse meio século de regime corporativo, e se foi o ministro Prof. Carneiro Pacheco que em 1936 firmou o conceito de escola nacionalista, também foram porém professores ministros como Fernando Pires de Lima (1947-1955), Francisco Leite Pinto (1955-1962) e Inocêncio Galvão Teles (1962-1968), que leram os primeiros sinais do fim da guerra e iniciaram uma versão da democratização do ensino, traduzida num esforço de modernização do sistema do ensino de base.

Esse fim da guerra também alterou a percepção que as Forças Armadas, inspiradas pela NATO onde se encontraram, obtinham da conjuntura, abalou a legitimidade do sistema, e proporcionou uma primeira ruptura, dirigida pelo General Botelho Moniz, com a habitualidade da governação.

Por seu lado, a entrada na Comissão de Cooperação Técnica em África (CCTA) provocou o alargamento dos interesses pelas ciências sociais, multiplicou as perspectivas disciplinares, e abriu caminho à criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, por Decreto-Lei n.º 44500, de 21 de Agosto de 1962, da minha responsabilidade. Foram chamados assim porque o nome anunciava a implantação na África portuguesa da mesma liberdade originária de aprender e ensinar que presidira ao nascimento do ensino superior metropolitano. Por isso, anos depois, o Presidente do Conselho resistiu à mudança de apelativo. O regime da progressividade dos curricula foi uma necessidade de transigência com os forte opositores da iniciativa.

Mas a insularidade e a solidão foram profundamente afectadas por dois factores principais. Primeiro porque se introduziu, com protesto do futuro último Presidente do Conselho da Constituição de 1933, o conceito globalizante de "universidade portuguesa", o que levaria o Doutor Oliveira Salazar a recusar o Doutoramento Honoris Causa que foi oferecido mais tarde pela já chamada Universidade, porque já era, disse, Doutor pela Universidade Portuguesa. O antigo opositor Marcello Caetano seria menos rígido. Também a solidão foi afectada porque a Universidade de Coimbra tomou o compromisso de patrocinar Moçambique, e a Universidade Técnica de Lisboa de patrocinar Angola. Negociei este acordo com os Reitores Braga da Cruz e Moisés Amezalac, e ambos cumpriram.

Neste processo, e na sequência da cooperação acordada, o Doutor Veiga Simão foi por mim nomeado Reitor para Moçambique, rapidamente completou os curricula, adquiriu experiência e autoridade, de modo que depois de 25 de Abril, se a informação é correcta, mais de uma vintena de Reitores e Vice-Reitores das Universidades, algumas nascidas a partir da sua entrada no Ministério da Educação em 1970, foram africanistas. Recordo: Loyd Braga, Joaquim Romero, João

de Deus Pinheiro, Sérgio Machado dos Santos, Licínio Chainho Pereira, Lopes Nunes, Carlos Bernardo, Alberto Amaral, Nuno Grande, Fernando Real, António Refega, Mesquita Rodrigues, Renato Araújo, Helena Nazaré, Estela Pereira, Fernandes Tomás, Jorge Alves, Sousa Lobo, Nascimento Ferreira, Santos Júnior, Gomes Guerreiro, Montalvão Marques, Alte da Veiga, Gustavo Caldeira, João Evangelista Loureiro, José Torres Pereira, Guedes Pinto, C. Brauman.

4

Os factos exigem referência especial para a intervenção do Doutor José de Azeredo Perdigão no processo da internacionalização do ensino e da investigação, rompendo as barreiras da solidão. Ele próprio tinha sido impedido de seguir uma carreira universitária quando foi expulso da faculdade de Direito de Lisboa, acabando o curso em Coimbra que lhe não descobriu o talento.

Sendo um dos mais brilhantes advogados da sua geração, foi um dos *trustees* encarregados de erigir a Fundação criada por Calouste Sarkis Gulbenkian (1869-1955), que também a guerra trouxera para Portugal.

Conseguindo manter uma total independência do governo, não obstante a alteração introduzida intencionalmente no Código Civil sobre a eventual intervenção nas fundações, desenvolveu o único projecto alternativo que tivemos para a internacionalização nas áreas das ciências, das artes, e da cultura, dando origem a uma vaga de estrangeirados que haviam de convergir com os africanistas na reformulação do novo conceito estratégico em desenvolvimento.

Quando a Universidade de Coimbra lhe conferiu o Doutoramento Honoris Causa, e usando a ironia forense de que tinha experiência, introduziu, nas palavras protocolares proferidas no tradicional almoço, este comentário: "a Universidade repara hoje uma injustiça que me fez há quarenta anos". A Assembleia da República, depois da sua morte em 1993, e por minha iniciativa, declarou-o Benemérito da Pátria.

5

Como vimos, o sistema viveu na lógica da clássica dependência universitária do poder instituidor, este menos eficaz no controlo da evolução da sociedade civil, exógeno em relação à evolução da comunidade internacional.

A sociedade civil também ela foi lendo os sinais da mudança, e apareceram iniciativas na área do ensino superior, que foram discretamente consentidas, e ainda hoje ocupam nichos que o ensino oficial descurara: referiremos a título de exemplo o ISLA aparecido em 1962 e o Instituto das Novas Profissões, que iniciou actividades em 1964.

Mas o acontecimento importante nessa década em que a NATO abria a visão das Forças Armadas à nova estrutura do poder mundial, em que a CCTA inspirava a evolução dos institutos coloniais para a independência das ciências sociais, em que o novo ambiente criado pela ONU e pela UNESCO apoiou o aparecimento dos Estudos Gerais, foi o da criação da Universidade Católica, um projecto que durante quarenta anos fora sustentado pelo Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), que só em 1967 foi autorizado, e apenas veria aprovado o seu estatuto pelo Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de Julho.

Foi nesta circunstância de mudança, função das alterações internacionais condicionantes do Estado português, que a reforma dirigida pelo Doutor Veiga Simão, entre 1970-1974, reuniu os fios dispersos da inovação anterior, interpretou alargadamente os textos constitucionais em crise, ultrapassou formalmente as resistências estruturais, e avançou para a elasticidade do princípio da democratização, substituiu o critério do *desenvolvimento dos recursos humanos* pelo critério do *desenvolvimento humano*, estimulou a iniciativa privada, fez explodir a procura. A síntese do programa traduziu-a nestas palavras: 'o sistema educativo passa a abranger a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação permanente. Por seu lado a educação escolar compreende o ensino básico (de oito anos obrigatórios), o ensino secundário (com um ano geral e cursos complementares, polyvalentes ou veiculados para a formação técnica de profissionais) e o ensino superior (universitário e politécnico). A educação permanente garantia, de forma organizada, a possibilidade de cada indivíduo acompanhar a evolução do saber, da cultura, e das condições de vida económica, profissional e social'.

Os factores exógenos que definiam a conjuntura internacional dessa data impuseram a alteração revolucionária do Estado português, ele próprio muito em solidão perante uma comunidade internacional que fazia crescer a sociedade civil transfronteiriça, que multiplicava as vozes tribunícias transnacionais, que adensava as gestões globalistas das interdependências mundiais, que punha em causa os antigos valores do nacionalismo agressivo, das fidelidades verticais ao poder político, da soberania renascentista.

As fronteiras geográficas tornaram-se transparentes na Europa que detivera longamente o governo do mundo e entrava em revisão da sua logística imperial, o direito de ensinar e de aprender em toda a parte retomou lugar no tecido cultural, a prospectiva anunciou que no horizonte previsível a surpresa era mais possível do que a monotonia.

Os projectistas da paz foram revisitados, e Leibnitz faz de novo ouvir a mensagem sobre a missão e responsabilidade da comunidade internacional dos doutos.

O breve tempo do Estado de Segurança Nacional chegara ao fim, mas a força institucional da universidade salvaguardou o projecto renovador, multiplicando os centros e as áreas de intervenção, com apoio na herança que resistiu aos desgastes dos saneamentos e eliminações, com energias renovadas pela conver-

gência de africanistas e estrangeirados, também com apoio no livre exercício do direito constitucional de ensinar e aprender com que a iniciativa privada amparou o severo período de recuperação e articulação com a nova ordem internacional.

Articulação que podemos dar por adquirida, conscientes de que, não obstante as tradicionais limitações de recursos, e a inacabada racionalização do sistema, a universidade portuguesa tem um lugar igual e separado na comunidade internacional das instituições que lutam por uma sociedade da informação, do saber, da sabedoria, e do livre exercício da cidadania pelos homens de todas as etnias e culturas.